



**DEMONSTRATIVO DE MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO A RENÚNCIAS DE RECEITA E AO  
AUMENTO DE DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
(Art. 5º - Inciso II da Lei Complementar nº 101/00-LRF)

**ANEXO DO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2024**

<b>BASE LEGAL</b>	<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>VALOR ESTIMADO (R\$)</b>	<b>COMPENSAÇÃO (Vide observações)</b>
Lei nº 2.304/87	Isenção da Taxa de Coleta e Remoção de Lixo – imóveis de propriedade do SESI	15.000,00	05
Lei nº 3.375/96	Isenção da Taxa de Coleta e Remoção de Lixo – imóveis de propriedade do SENAI	6.000,00	05
Lei nº 1.284/73 Lei nº 4.099/01	Isenção do IPTU e da Taxa de Coleta e Remoção de Lixo (Instituições de Caridade e Sociedades sem Fins Lucrativos)	920.000,00	04
Lei nº 3.936/00 Lei nº 4.443/03	Não incidência do IPTU e da Taxa de Coleta e Remoção de Lixo (proprietários de imóveis residenciais com até 60 m <sup>2</sup> de área construída)	4.800.000,00	03
Lei nº 4.541/04	Isenção do IPTU e da CIP para imóveis localizados no Núcleo Habitacional Brigadeiro Faria Lima	9.000,00	03
Lei nº 1.284/73 Lei nº 3.359/96 Lei nº 4.099/01 Lei nº 5.263/07 Lei nº 6.763/17 LC nº 39/17 LC nº 40/17 Lei nº 7.832/22 (revoga Lei nº 4.752/05)	Incentivos Fiscais para Indústrias (IPTU e ITBI)	8.600.000,00	04
Lei nº 4.760/05 Lei nº 4.890/06	Redução do IPTU (aposentados e pensionistas)	2.900.000,00	01
Lei nº 5.409/08 Lei nº 7.228/19	Isenção de ITBI – imóveis de Programas Habitacionais de Interesse Social	40.000,00	03
Lei nº 5.762/10	Isenção de IPTU/ITBI/CIP - imóveis do Programa Habitacional Federal “Minha Casa, Minha Vida”	3.000.000,00	03
Lei nº 7.832/22 (revoga Lei nº 4.752/05)	Isenção da Taxa de Licença de Funcionamento (Indústrias e Prestadores de Serviços instalados em distritos industriais)	1.750.000,00	04
Lei nº 5.171/07	Isenção da Taxa de Ocupação do Solo Público e do Preço Público (Bibliobancas)	15.000,00	02
Lei nº 5669/09 Lei nº 7.832/22 (revoga Lei nº 4.752/05)	Isenção e suspensão de ISSQN / Taxa de Licença para Execução de Obras Particulares para diversas atividades e Galpões Industriais	420.000,00	04
Lei nº 1.284/73 LC nº 44/18	Redução da Base de Cálculo do ISSQN sobre o serviço público de transporte coletivo de passageiros (item 16.01 da lista de serviços)	210.000,00	03
LC nº 76/21	Isenção das Taxas de Licença e de Uso do Solo Público relativas ao serviço de utilidade pública de transporte individual de passageiros em veículos automotores de aluguel, denominados táxis	16.000,00	03
LC nº 57/19	Isenção de Multas e Juros sobre débitos inscritos em Dívida Ativa (pessoa física ou equiparada em condição de hipossuficiência financeira)	207.000,00	01
<b>Total Estimado das Renúncias</b>		<b>22.908.000,00</b>	



**Observações:**

**a) Compensação das renúncias de receitas:**

**01** - são renúncias praticadas antes da publicação da LRF. A reedição da Lei restringiu a renúncia;

**02** - são renúncias praticadas antes da publicação da LRF, embora as leis tenham sido reeditadas, não afetaram a abrangência do benefício;

**03** - incremento e agilização nas revisões cadastrais vêm ampliando a base de incidência do IPTU, proporcionando evolução positiva na arrecadação, compensando os benefícios fiscais (não incidências, isenções e reduções da base de cálculo);

**04** - parte da renúncia já vinha sendo praticada antes da LRF; a outra parte está sendo suportada pela expansão do nosso parque industrial (incentivado), proporcionando incremento do valor adicionado do município e por conseqüência, aumentando os repasses principalmente do ICMS;

**05** - renúncias praticadas antes da publicação da LRF.

**b) As renúncias constantes neste Anexo foram deduzidas das estimativas das receitas na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2024, atendendo ao Inciso I do artigo 14 da LRF e não afetarão os resultados das Metas Fiscais.**

**AUMENTO DE DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**

A margem de expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado historicamente sempre foi suportada pelo constante crescimento das receitas, conforme resultados abaixo. O cenário econômico dos exercícios de 2020 e 2021 foram influenciados pelos efeitos da pandemia do novo Coronavírus e pelas restrições impostas pela Lei Complementar nº 173/2020 no que se refere ao aumento de despesa. Com o avanço do processo de imunização da população, ocorreu a retomada do crescimento, repercutindo de forma bastante positiva na arrecadação do exercício de 2022. No exercício de 2023 está ocorrendo uma frustração de arrecadação para a receita do ICMS que até o mês de agosto encontra-se compensada pelo excesso de arrecadação de outras receitas. Para o exercício de 2024 está prevista uma arrecadação no valor de R\$ 2.123.022.000,00.

Total das RECEITAS do Município por exercício:

<b>Exercício</b>	<b>Valores (R\$)</b>
2010	538.127.919,78
2011	611.754.526,60
2012	730.813.819,04
2013	739.708.746,41
2014	836.153.852,84
2015	884.447.235,97
2016	1.014.256.347,50
2017	1.066.517.522,46
2018	1.112.462.370,14
2019	1.390.663.224,54
2020	1.309.846.356,01
2021	1.520.290.386,03
2022	1.928.134.469,01
2023 (até agosto)	1.400.664.103,39
LOA 2024	2.123.022.000,00